

O significado de A riqueza das nações para o desenvolvimento da ciência econômica

Octavio Gouvêa de Bulhões *

O Professor Jacob Viner, ao examinar o trabalho de Adam Smith, em conferências proferidas na Universidade de Chicago,¹ assinalou o perigo de creditar-se prioridade a um escritor, pelo risco de incorrer-se na injustiça do desconhecimento de seus predecessores. No caso, porém, de Adam Smith, Viner julgou que poderia assinalar a originalidade desse autor em dar, pela primeira vez, uma concepção unificada de relações interdependentes à multiplicidade dos fenômenos econômicos por ele apontados e examinados.

Talvez se possa acrescentar que essa concepção unificada repousa na ênfase, igualmente original, dada por Smith à *liberdade* de produzir.

Se remontarmos à época em que Smith escreveu, compreenderemos o sentido de liberdade a que ele se refere, ou seja, à remoção de barreiras impostas pelos privilégios do mercantilismo.

* Presidente do IBRE/FGV.

¹ Viner (1926).

Colbert, pondera Smith, o famoso ministro de Luiz XIV, era homem probo, dotado de grande experiência nas finanças públicas. Infelizmente, continua Smith, Colbert deixou-se envolver pelos preconceitos do mercantilismo que em sua natureza e em sua essência representam uma rede de restrições nefastas. Colbert passou a regular a produção e o comércio como se fossem partes integrantes de departamentos do serviço público. Em vez de permitir aos produtores seguirem seu próprio caminho, em ambiente de igualdade, liberdade e justiça, ele conferiu a certas indústrias privilégios extraordinários, ao mesmo tempo que, a outras, impôs restrições também extraordinárias. Não se limitou a favorecer a atividade urbana. No propósito de imprimir-lhe maior favorecimento, deprimiu a atividade rural. Além de proibir a exportação do trigo, de modo a deixá-lo mais barato ao consumo urbano, exigiu exorbitantes impostos dos agricultores, desencorajando a produção, tornando-a muito aquém do nível que poderia alcançar com solo tão fértil e clima tão favorável.²

Outra passagem bem nítida de combate às restrições está na análise do comércio entre as metrópoles e as colônias.

No capítulo sobre colônias há referência ao rigorosíssimo monopólio adotado pela Holanda e Dinamarca. O comércio das colônias é entregue, exclusivamente, a uma companhia, cuja atuação consiste em comprar nas colônias a preço baixo e vender, na metrópole, a preços elevados. Ainda mais, não comprando os produtos coloniais mesmo a preço baixo, caso não os consiga colocar a preço alto: "but to buy no more, even at low price, than they could dispose of for a very high price in Europe".³ Considera, em seguida, monopólios menos rigorosos, como o de Portugal, por admitirem várias empresas, mas subordinadas à restrição de só venderem à metrópole e somente dela comprarem.

De qualquer maneira, com maior ou menor rigor, há falta de liberdade para incrementar a produção e elevar o nível do consumo. E é nesse sentido de liberdade que Smith condena o governo inglês, em relação à colônia, na América. Enquanto a Grã-Bretanha encoraja a produção de ferro-gusa, proíbe a construção de fornos para a produção de aço. Impede as exportações, de uma província para outra, o que significa o cerceamento do acréscimo de produtividade da produção, pela limitação do consumo. Proibir, conclui Smith, a um grande povo a faculdade de produzir e dispor de seus produtos é manifesta violação aos mais sagrados direitos humanos: "to prohibit a great people from doing all that they can of every

▪ Smith (1937) livro IV, cap. IX.

▪ Smith op. cit. livro IV, cap. VII, parte II.

part of their own produce or for employing their stock and industry in the way that they judge must advantageous to themselves, is a manifest violation of the most sacred right of mankind.”

Essa ordem de idéias poderia ter figurado na lista de arbitrariedades praticadas pelo governo inglês, arroladas na Declaração de Independência, no dia 4 de julho de 1776.

São, portanto, apropriadas as seguintes palavras de John Commons, ao referir-se à liberdade de que fala Smith. Seu termo liberdade, diz Commons, tem um sentido econômico e ético. Economicamente, liberdade significa abundância; eticamente traduz repulsa às restrições. Liberdade significa abundância de alternativas, em contraste com a imposta escassez de alternativas.⁴

Preocupado em analisar a economia através das instituições — daí a denominação do livro, *Institutional economics* — Commons emaranhou-se em considerações, perdendo o rumo acertado de algumas de suas observações. Foi portanto, incapaz de compreender contribuições, como as de Wicksell, que dão lógica e lucidez ao processo do aumento de produção, já esboçada por David Ricardo, no célebre capítulo dos princípios, intitulado “Valor e riqueza”.

Impressionado com a sinonímia que Jean Baptiste Say adotara para “valor” e “riqueza”, Ricardo julgou necessário elucidar a diferença.

Note-se as posições de Say e de Ricardo. Refere-se o primeiro à valorização. O indivíduo aumenta a sua riqueza, tirando partido do aumento de escassez de um bem que ele dispõe. Ao vender o bem valorizado, ele auferir um lucro, mas em detrimento de quem efetiva a compra. Há transferência de renda, em benefício de uns e em prejuízo de outros. Ricardo segue orientação oposta. Para começo de conversa, seu panorama econômico não é o de uma economia individual (microeconomia). Sua análise é macroeconômica. O aumento de riquezas (acréscimo da renda nacional) advém do acréscimo do suprimento de produtos. Nestas condições, é compreensível que Ricardo considere a “valorização” como antítese do aumento da riqueza, exatamente na trilha do pensamento de Smith.

Na base dessa argumentação reside o fato, mais tarde elucidado por Wicksell, que o acréscimo global da renda é proporcionado pelos investimentos.

A compreensão da presença implícita dos investimentos no sistema produtivo de Smith é despertada pelo feliz relato de Wesley Mitchell,

⁴ Commons (1934) p. 199.

nos seguintes termos: “Adam Smith e James Watt eram amigos na Universidade de Glasgow. Smith dava as aulas que se transformaram no inquérito das causas de *A riqueza das nações* e Watt fazia experiências com a máquina de Newcomen. Ambos esses escoceses tinham um plano para incrementar a eficiência da produção: um planejava a liberdade da iniciativa individual e o outro um condensador separado. Na época não se imaginaria um trabalho de cooperação entre os dois. Mas, agora, olhando para trás, torna-se claro que este novo mundo em que vivemos é o produto da engenharia e da economia. As idéias de Adam Smith não poderiam ter influído na reorganização da política econômica, como, de fato, influíram, sem o desenvolvimento da máquina a vapor: a máquina de James Watt não teria conquistado a extensão e intensidade que conquistou se não fosse a oportunidade concedida à iniciativa dos indivíduos. Essas ponderações de Mitchell, feitas em 1922, perante uma reunião conjunta de economistas e engenheiros, da “American Economic Association” e “The American Society of Mechanical Engineers”,⁵ dão pleno apoio à explicação anteriormente formulada.

A leitura de *A riqueza das nações* é amena. De quando em vez as idéias encerram certa dose de humorismo, como nas que se seguem. A primeira pergunta que os espanhóis faziam, depois da descoberta da América, quando avistavam novas regiões, era sobre a existência de ouro ou prata nas vizinhanças. Plano Carpino, um monge enviado como embaixador do Reino da França a visitar um dos filhos do célebre Gengis Khan, relata-nos, prossegue Smith em sua narração, que os tártaros freqüentemente indagavam se havia muitos carneiros e bois na França. Entre os tártaros, os animais serviam de instrumento de troca. A riqueza, portanto, de acordo com eles, consistia em possuir amplos rebanhos, enquanto para os espanhóis a riqueza consistia em acumular ouro e prata. Dos dois, a noção dos tártaros talvez fosse a mais próxima da verdade.⁶

Ao tempo de Adam Smith, além das restrições mercantilistas que ainda perduravam e algumas regulamentações corporativas inapropriadas, havia, como nos lembra Jacob Viner, um governo “cujo padrão de honestidade e competência era incrivelmente baixo”. Justifica-se, desse modo, a relutância de Smith em aceitar a intervenção do Estado no domínio econômico. Mas essa posição não excluía o reconhecimento de atitudes desfavoráveis dos empresários, a propósito dos quais Viner reproduz uma

⁵ Wesley (1937) p. 137.

⁶ Smith (1937) livro IV, cap. I.

citação, conhecida como um exemplo de observação irônica. Os que participam dos mesmos negócios, diz Smith, quando se reúnem, ainda que seja nas horas de lazer ou de festividade, a troca de idéias, entre eles, termina em conluio para a elevação dos preços.

O exame das operações de crédito é feito com tanta precisão por Adam Smith que se mantém válido para os nossos dias. A retribuição do capital fixo, diz ele, na maioria dos casos, é muito mais lenta que a retribuição do capital circulante. Os dispêndios correspondentes (ou sejam os encargos dos investimentos) somente são compensados após um período de muitos anos, período superior às conveniências das operações bancárias.⁷

Várias das dificuldades financeiras que estamos presenciando ou das causas inflacionárias que estamos sofrendo advém de operações de prazo curto, ligadas a empreendimentos cujos resultados positivos requerem um prazo longo.

Em resumo: em *A riqueza das nações*, cuja publicação estamos comemorando o segundo centenário, Adam Smith simboliza o movimento de generalização da iniciativa empresarial. Pleiteia a liberdade de produzir, contra as delimitações em que regulamentos e privilégios criam obstáculos à ampliação das fontes produtoras e ao mercado de produtos.

O regime mercantilista, não obstante as vantagens que proporcionou a determinados setores econômicos, constituía violenta intervenção do Estado no domínio econômico.

Eliminando o excesso das intervenções, a produção alcançou acréscimos sucessivos e de maneira sensivelmente genérica. Todavia, o clima de egoísmo que se agravara ao fim da Idade Média, com a decadência das corporações, onde prevalecia certa dose de princípios éticos, recrudescu de maneira impressionante durante o século XIX. Conseqüentemente, ao lado dos aspectos altamente positivos da influência de Adam Smith na conduta econômica, surgiram e acumularam-se aspectos negativos, notadamente no contraste da formação dos lucros e dos salários. Os documentos da época refletem essa preocupação, como testemunham duas notáveis peças de origem diametralmente opostas: o *Manifesto comunista*, de 1848, e a encíclica *Rerum novarum*, de 1891. São opostas nas premissas e nas conclusões, mas ambas condenam as deturpações da liberdade de produzir.

O *Manifesto comunista*, mais tarde completado por volumosos livros de Karl Marx, apresenta a alternativa radical da eliminação da liberdade de produzir. A iniciativa da produção é concentrada no Estado e, desse

⁷ Smith op. cit. livro II, cap. II.

modo, com maior rigor e arbítrio, retrocede-se ao regime de Colbert, o grande ministro de Luiz XIV, cuja figura Adam Smith realça, lamentando, porém, sua maneira de considerar a produção e o comércio como partes integrantes dos serviços públicos. A *Rerum novarum*, ao contrário, pede uma revisão para que não haja um retrocesso.

A evolução do mundo foi acentuada no século XX. Uns enveredaram para o comunismo e, sem sombra de dúvida, retrocederam, à luz do marco implantador por Adam Smith. Outros, seguindo a orientação da *Rerum novarum*, evoluíram, revendo e retificando o liberalismo econômico.

O principal caminho da revisão foi através do processo de intervenção indireta do Estado, por meio da atuação fiscal. As empresas e os indivíduos passaram a sofrer elevada taxação sobre os rendimentos auferidos e a receita aplicada pelo governo em benefícios sociais. Admitiu-se, também, como válida, a imposição crescente de aumentos salariais.

Como esses acontecimentos vieram a ocorrer nos países desenvolvidos depois de elevado grau de capitalização das empresas (o que não ocorre com os países em desenvolvimento) a política fiscal e salarial trouxe-lhes um clima favorável, até recentemente. As ocorrências recentes revelam uma debilidade nos países desenvolvidos e esse fato deve servir de lição aos países em desenvolvimento. Cumpre-nos evitar a repetição do mesmo erro em que incorreram os países desenvolvidos.

A forte tributação trouxe um desestímulo à formação do capital acionário e induziu ao endividamento das empresas. Estando os dividendos sujeitos ao imposto nas empresas, quando os juros são dedutíveis, por serem considerados despesas, as empresas tendem a preferir o financiamento por meio do crédito, deixando de recorrer ao capital acionário. O considerável acréscimo de dívidas de salários contribui para o substancial aumento das despesas que, por sua vez, reflete-se no acréscimo do preço de venda dos produtos. A princípio, era módica a pressão inflacionária. As autoridades monetárias esperavam que com diminutas restrições pudessem manter o sistema monetário próximo da estabilidade que vinha sendo registrada por um período superior a um decênio. O surto inflacionário começou, porém, a assinalar maior violência em 1972 e, ainda mais, em fins de 1973 e início de 1974 com a elevação do preço do petróleo. Decidiram, então, as autoridades monetárias tomar medidas drásticas de restrição de crédito ainda que provocando, como provocaram, uma recessão, particularmente aguda no Japão. Este ano, porém, as atividades estão se normalizando e a taxa de inflação se acha sob controle. Mas a situação está longe de ser segura. A economia continua exposta a novos surtos

inflacionários, uma vez que se persiste em desestimular a distribuição de dividendos. Os dividendos sendo modestos, a oferta de ações novas desperta pouco interesse. Desencoraja-se a poupança, dificulta-se a realização de novos empreendimentos empresariais, induz-se ao endividamento e, novamente, tende-se a impelir a economia para a inflação.

A solução consiste em fazer os empregados participarem do capital das empresas, por meio de um programa como o da Integração Social. Somente assim, evitaremos que o desenvolvimento da economia esteja exposto a riscos inflacionários, por excesso de endividamento e precoce distribuição de salários. Somente assim, manteremos a estaca implantada por Adam Smith e eliminaremos os desajustamentos da liberdade de produzir.

Bibliografia

Commons, John R. *Institutional economics*. New York, Macmillan, 1934.

Smith, Adam. *An inquire into the nature and causes of the wealth of nations*. Edwin Cannan, ed., New York, The Modern Library, 1937.

Viner, Jacob. *Adam Smith, 1776-1926*. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1926.

Wesley, Mitchell. *The backwards art of spending money*. New York, Mac-Graw-Hill, 1937.